



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**EDUARDO DOS SANTOS NETO**

**UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A PERMANÊNCIA COM  
QUALIDADE: DESAFIOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**EDUARDO DOS SANTOS NETO**

**UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A PERMANÊNCIA COM  
QUALIDADE: DESAFIOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como exigência para obtenção da graduação de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**EDUARDO DOS SANTOS NETO**

**UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E A PERMANÊNCIA COM  
QUALIDADE: DESAFIOS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BA**

Projeto de pesquisa apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovado em 26/08/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Verônica Albuquerque Almeida**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho aos que contribuíram para a sua existência; aos que acreditaram em mim; a minha mãe; a minha irmã, uma estimuladora; em especial dedico este trabalho a uma pessoa que desde quando eu comecei os estudos, me disse em tom de desaprovação: “homem, vai fazer o quê na Universidade?”. Esta mesma pessoa me acordou várias vezes quando eu não queria ir à universidade assistir algumas aulas. Quando pensei em desistir do curso, ela me disse: “levanta homem... você começou agora termine”. Sem ela, minha esposa, **Elma Víquea Teixeira Santos**, não seria possível ou seria mais difícil concluir o curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus professores do primeiro semestre, o semestre da novidade, na UNILAB, em especial a professora Maria Cláudia Cardoso, que me mostrou as diversas manobras dos processos coloniais.

À minha professora Juliana Bueno Dourado, que além de me fazer sentir saudades das suas aulas, elevou a minha autoestima, quando me disse que eu conseguiria realizar este trabalho.

Ao professor Ismael Tcham, pelas aulas empolgantes.

Ao professor Ricardo Mateus Benedito, que me fez lamentar o fato de só tê-lo como professor por apenas um semestre e pelo respeito com o qual ele trata os alunos.

Em especial ao professor Emanuel Alberto Cardoso, que quando manifestei medo diante do desafio do Trabalho de Conclusão de Curso me disse: “- deixe comigo, vai dar certo”.

*Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural (GADOTTI, 2013, p. 4).*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMA</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>13</b>
4.1	BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	13
4.2	UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DOCUMENTOS OFICIAIS	16
4.3	UNIVERSALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18
4.4	UNIVERSALIZAÇÃO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	19
4.5	EVASÃO ESCOLAR E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	22
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>25</b>
<b>6</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>28</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A luta em prol da universalização e pela qualidade da educação pública no Brasil é antiga, remota aos anos de 1920, com a Associação Brasileira de Educação e com Manifesto dos pioneiros da educação. Ela se insere de vez no cenário nacional como uma meta a ser alcançada, com a promulgação da **Constituição brasileira de 1988**, e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996.

Antes destes acontecimentos a universalização não tinha a força que tem atualmente. Os pobres em sua grande maioria não faziam parte do cotidiano da escola pública, ao passo que os pobres passaram a ter o acesso à escola, ao passo que a universalização do Ensino Fundamental e Médio se tornou uma realidade, outro desafio surge: como garantir uma educação pública de qualidade para um contingente tão alto de estudantes?

No município de **Santo Amaro, no Estado da Bahia**, assim como na maioria das cidades brasileiras, a universalização da Educação Básica está num bom ritmo, principalmente o Ensino Fundamental, este, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio divulgado neste ano, 2019, está praticamente universalizado. No entanto, a qualidade dessa universalização está sendo questionada. Será que ela ocorre com qualidade?

Um dos obstáculos a universalização é a evasão e o abandono escolar. Os alunos se matriculam na Educação Básica, mas evadem ao longo do ano letivo. Um outro problema apontado por teóricos em educação são os currículos descontextualizados, não atrativos aos alunos. Para muitos a qualidade da escola pública ocorre em alguns espaços geográficos do país, geralmente nos estados mais ricos do país.

Este trabalho busca analisar como vem acontecendo a universalização da Educação Básica em Santo Amaro, e também o que tem sido feito para que nesse nível de ensino o acesso e a conclusão aconteçam com qualidade, beneficiando o público-alvo, e gerando retornos para a sociedade onde esse fenômeno acontece.

A Educação Básica, que compreende: o a Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio, quando ministrada com qualidade, é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. O Ensino Fundamental é um salto para o Ensino Médio, este qualifica o aluno para o trabalho. De acordo com dados

divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, do ano 2016, apenas 11% da população de Santo Amaro, tinha uma ocupação, logo, a conclusão da educação básica com qualidade dará o ingresso a estes para uma preparação para o trabalho. O aproveitamento dos alunos da cidade de Santo Amaro, na Prova Brasil também, não têm sido bom. Pesquisar as causas desses problemas poderá beneficiar a sociedade envolvida em questão e os profissionais envolvidos com a educação.

Através da pesquisa de cunho qualitativo e entrevista semiestruturada com os principais responsáveis pela educação básica no município: Secretarias, gestores, professores e outros, buscaremos responder as questões propostas neste trabalho.

## 2 PROBLEMA

A universalização do acesso, sem a universalização da conclusão da educação básica, ou seja, o aluno se matricula nesse nível de ensino, mas não o conclui. As escolas começam com um número grande de alunos matriculados, mas muitos desses alunos matriculados acabam abandonando a escola no decorrer do ano letivo, ocorrendo a chamada evasão escolar.

No entanto, vários fatores como: currículo escolar descontextualizado da realidade dos alunos; fatores sociais e econômicos; políticas educacionais não efetivadas, descaso com a educação por parte do Poder Público, entre outros aspectos, são apontados como fatores que contribuem para que ocorra a evasão escolar.

O processo da universalização do acesso à Educação Básica está acontecendo no município de Santo Amaro. No entanto, segundo dados do IBGE nos anos de 2005; 2012; 2015; e 2017, houve diminuição no número de matrículas do Ensino Fundamental no município em relação a anos anteriores. Será importante entender as causas dessa diminuição para se pensar em políticas de acesso e permanência com qualidade para a educação do município por parte do município de Santo Amaro e/ou em parceria com o Estado e a União.

Como acontece o processo de universalização da Educação Básica no município de Santo Amaro e qual o seu reflexo na permanência com sucesso (conclusão dos estudos no tempo certo, com aprendizado significativo) dos estudantes nesse nível de ensino?

**Objetivo Geral:** Analisar o processo de universalização (universalização do acesso e da conclusão) da educação básica no município de Santo Amaro e os seus efeitos na vida do seu público-alvo.

**Objetivos específicos:**

- Identificar as causas da evasão escolar no município de Santo Amaro;
- Verificar como a universalização do acesso e permanência da educação básica contribuirá para o desenvolvimento do município de Santo Amaro;
- Compreender o que os órgãos de gestão da educação, no Município, têm feito para que a universalização da Educação Básica seja eficaz.

### 3 JUSTIFICATIVA

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (FREIRE, 2007, p. 67).*

Sendo a Educação Básica composta da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; sendo o Ensino Fundamental um salto para o Ensino Médio, sendo o Ensino Médio uma preparação para o trabalho, e observando que no ano de 2016 o IBGE registrou que a população ocupada do município de Santo Amaro era de apenas 11%, a universalização da conclusão da Educação Básica será importante para que a população sem “ocupação” dê um salto importante para a qualificação para o trabalho.

É de conhecimento da maioria das pessoas que as avaliações escolares e seus resultados são parâmetros para diagnosticar o aprendizado dos alunos. De acordo com os resultados da prova Brasil (2017) os alunos do município de Santo Amaro estão aprendendo muito pouco, a proporção de alunos com o aprendizado adequado em português e matemática no 9º ano são respectivamente: 12% e 2% segundo o QEDU (2019,apud PROVA BRASIL, INEP, 2017).

Além da qualidade da educação, o município de Santo Amaro sofre com o problema recorrente nas cidades brasileiras: a evasão escolar. De acordo com dados fornecidos pela secretaria de educação do município, em 2019, a taxa de evasão no Ensino Fundamental chegou a 8% no ano de 2018 . Diante da realidade do município no que diz respeito a qualidade da educação, ao baixo rendimento nas avaliações da educação e alta taxa de evasão escolar, será importante analisar como mudar essa realidade.

Como futuro profissional da educação e para os já profissionais da educação, é importante saber como a universalização (acesso e conclusão) da educação básica acontece e qual a nossa função no sucesso ou não dos estudantes. Os dados desta pesquisa também serão importantes para si repensar a maneira como a universalização da Educação Básica vem acontecendo ao longo do tempo e papel da educação na mudança de realidade dos alunos.

Muitas vezes acreditamos que, o fato de aluno estar matriculado na escola, ir à escola, já é o fim em si mesmo. Esta pesquisa pretende mostrar que a

universalização do acesso à educação, algo fundamental, somente será eficiente, se for acompanhado da universalização da conclusão, ou seja, de o aluno não evadir da escola, e da garantia de aprendizado. Também o profissional reconhecerá a força da educação para mudar uma certa realidade de uma população. Como afirma Freire (2007, p. 67), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Quem entrar em contato com esse texto, terá uma visão geral do que vem ocorrendo na educação escolar, do município de Santo Amaro, saberá também o que o município tem feito para que a universalização do acesso e a conclusão da Educação Básica ocorra com qualidade. Também, quais são as principais causas da evasão escolar do município.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A história é produto do tempo, não é feita ao acaso, mas construída por sujeitos ao longo do tempo. Com a educação e as conquistas que a envolvem não foi e não será diferente. Ela também é construída pelos sujeitos ao longo do tempo. O acesso a educação escolar a todos, a **universalização**, não aconteceu da noite para o dia, mas se deu através de muitas lutas ao longo da história. Falando acerca do plano de desenvolvimento da educação no Brasil, Saviani faz um resumo sobre a história da educação no Brasil:

Efetivamente, a luta dos educadores pela qualidade da educação pública começa na década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924; adquire visibilidade com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e com a Campanha em Defesa da Escola Pública, na virada da década de 1950 para os anos de 1960, na fase final da tramitação do projeto de LDB; prossegue com as Conferências Brasileiras de Educação da década de 1980 e com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB; desemboca na elaboração da proposta alternativa de Plano Nacional de Educação nos Congressos Nacionais de Educação de 1996 e 1997; e se mantém com grandes dificuldades neste início do século XXI, na forma de resistência às políticas e reformas em curso e na reivindicação por melhores condições de ensino e de trabalho para os profissionais da educação (SAVIANI, 2007, p. 1243).

No ano de 1988, a Constituição Federal do Brasil, estabeleceu um prazo de 10 anos para que o Ensino Fundamental fosse universalizado. Em setembro de 1993, cinco anos depois do estabelecimento da meta, em conferência em Buenos Aires, Paulo Freire disse que: segundo estatísticas, havia, no Brasil, 8 a 9 milhões de crianças em idade escolar proibidas de estudar, fora da escola”. Atualmente esse número não passa de 430 mil, segundo dados do relatório do Plano Nacional de Educação-PNE (2015). A lei 13.005//2014, que aprovou o PNE, estabelece como uma das metas (meta 2) universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos. A meta está praticamente cumprida, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2018) 99,3% dessa população estava matriculada no ensino fundamental em 2018.

Sobre a universalização do Ensino Fundamental OLIVEIRA (2006, p. 666) “disse que “a universalização fez com que as contradições mudem de lugar passando a concentrar-se [...] na qualidade da educação básica, notadamente do Ensino Fundamental”. OLIVEIRA ainda traz um alerta:

[...] Além do atendimento a demanda por mais educação, debatemo-nos com a tensão entre o direito à educação de qualidade para amplos contingentes da população ou sua negação, o que pode tornar inócua a democratização do acesso, quer seja por sua distribuição diferenciada, quer seja por, e também, relegar a qualidade a nichos de privilégio no interior do sistema educacional. (CAMPINAS, 2007, p.666).

O acesso ao Ensino Fundamental está praticamente universalizado, como assegura Saviani, em entrevista a UNICAMP, no ano de 2013, para que de fato ela seja eficiente é preciso universalizar a conclusão desta etapa da educação. O preço dessa não universalização da conclusão escolar é muito alto entre as camadas mais pobres das populações, já que a educação é meio fundamental de ascensão social, econômica, cultural.

Estar fora da escola, sair dela, pode significar estar à margem da sociedade, alienados da “vida”, da história. Num mundo onde ter uma boa educação escolar pode significar ter acesso a **outros direitos fundamentais** como ter um bom emprego, ter acesso a bons tratamentos de saúde e moradia. É fundamental que os menos favorecidos economicamente acessem e permaneçam na escola até o tempo certo. Como afirma Saviani (1983, p.66) [...] “dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”.

Pensando na importância de que todos tenham acesso e permanência à escola, pensando no efeito e importância dessa permanência na escola para a formação da força trabalho, no caso do ensino médio, da sociedade, para a qualidade de vida das pessoas, e especialmente a formação de jovens, analisaremos a universalização da educação básica no município de Santo Amaro, Bahia, Brasil.

Santo Amaro é uma cidade brasileira, baiana, localizada no recôncavo (Região geográfica localizada na Baía de Todos os Santos, abrangendo não só o litoral, mas também toda a região do interior circundante à Baía). Foi fundada em 1557, elevada à condição de cidade em 13 de março de 1837. O Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatísticas-IBGE (2018), estimou a população de Santo Amaro em 59.512 pessoas.

De acordo com dados do Censo demográfico de 2010, das 57.800 pessoas que residam em Santo Amaro, 36.818 delas tinham 10 anos ou mais de idade e não frequentavam a escola (o que não significa que nunca estiveram na escola); 28.053 não tem instrução ou não completou o Ensino Fundamental, apenas 7.221 completam esta etapa e médio incompleto. Da população residente no município 5.181 pessoas nunca acessaram à escola.

A taxa de escolarização (dos que estavam matriculados à época do censo demográfico) do município de Santo Amaro no Ensino Fundamental dos 6 aos 14 passava de 98%.

Os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica não são bons. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental a média é 4,5 e nos anos finais 2,9; a média da Bahia, Estado o qual Santo Amaro pertence, é respectivamente: 4,7; e 3,4.

Comparados com outros estados esses números colocam a **Bahia** na colocação 21º nos anos iniciais do Ensino Fundamental, e 25º nos anos finais, no total de 27 Estados, segundo dados da PNADC 2018. Esta mesma pesquisa ainda revelou que no segundo ciclo do Ensino Fundamental, na faixa etária de 11 a 14 anos, o abandono escolar cresce muito chegando a 19,9%.

No que tange o município de Santo Amaro, esses números, do IDEB, o coloca na 198º e 333º respectivamente nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental no total 417º cidades do Estado da Bahia. Segundo o IBGE:

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santo Amaro está bem abaixo do ideal, 0,646. A renda per capita dos Santo-Amarenses também é muito baixa apenas 48,8% da população tem uma renda per capita de até meio Salário Mínimo. Em 2016 apenas 11% da população estava ocupada, os números de trabalhos formais são mínimos (IBGE, 2018, CIDADES, PANORAMA).

O município de Santo Amaro possui dentre outras escolas, uma escola federal, o Instituto Federal da Bahia (IFBA). De acordo com os dados fornecidos pelo IFBA (2019) 60% dos seus alunos são do município de Santo Amaro, alunos que concluíram o Ensino Fundamental conseguiram uma vaga no IFBA, e que portanto, farão o Ensino Médio integrado ao tecnológico.

Analisaremos como a universalização do acesso vem ocorrendo neste município e os seus reflexos no desenvolvimento econômico e social da cidade. Buscaremos entender como a evasão escolar impede a universalização da conclusão na idade certa, ou mesmo a permanência na Educação Básica, e quais suas causas.

#### 4.2 UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

Antes de falar como a questão da universalização é apresentada nos documentos oficiais, é importância frisar um dos fatos que influenciou as tomadas de decisões: a Conferência de Jomtien, no Canadá, que deu um impulso muito grande na questão de se pensar a educação ao redor do mundo. Nesta conferência destacou-se a importância de existir uma educação para todos, especialmente para as camadas mais pobres que durante muito tempo tiveram o acesso à educação negado. Com o Brasil não foi diferente, o país passara a direcionar os seus esforços no sentido de universalizar a educação escolar a partir dessas orientações.

A citada Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em março de 1990 (Ano Internacional de Alfabetização), em Jomtien, na Tailândia, Com duração de cinco dias, nos quais ocorreram debates, mesas temáticas, apresentações de 1500 pessoas das várias partes do mundo, aprovaram dois textos chamados: a declaração mundial de **educação para todos**, e o plano de ação.

O *Preâmbulo* da Conferência de Jomtien, educação para todos, destaca o valor da educação para a sociedade. Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente para o progresso, é de importância para o progresso pessoal e social. Reconhecia as graves deficiências que a educação sofria quais sejam: má qualidade e não universalização da educação.

O *art. 3º*. da declaração de Jomtien, destaca a importância da universalização da educação básica, mas também a sua qualidade, através da tomada de efetivas que reduzam as desigualdades..

O *art. 4º*. destaca algo fundamental para as políticas de educação dos países: a Educação Básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da *aprendizagem*, e não somente na matrícula. Portanto, destaca, da atenção especial para a aprendizagem. Os números são mais importantes quando são acompanhados pela aprendizagem.

O art. 7º destaca a importância de existir articulação entre os governos estaduais, federais e municipais, na verdade identifica como obrigação prioritária proporcionar uma Educação Básica para todos. E que, portanto, essas alianças ultrapassem a esfera pública e alcance toda a sociedade através das parcerias.

Destaca o artigo 8º que para que se alcance a Universalização da Educação Básica, é necessário um *compromisso* e uma *vontade* política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional.

Movidos por um clamor social da luta pelo direito a educação, a educação para todos ganhou força de Lei. A Lei maior do país, a Constituição Federal de 1988, do Brasil, no seu art. 205 diz:

a educação, direito de **todos** e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, grifo nosso).

De igual teor é o art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (1996) diz que “o **dever** do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...]”.

Na mesma idéia, o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990) em seu art. 54. garante: É **dever** do Estado assegurar à criança e ao adolescente: “Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria [...]”. Com isso se confirma que tanto na Lei maior quanto na LDB e o ECA, a educação é um direito assegurado.

Ainda a Constituição Federal do Brasil, determina que os quatro Entes se organizem em regime de colaboração para efetivar o direito a educação, quando em seu art. 211. Diz, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...] os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil”.

Quando estes os dispositivos legais: a LDB, o ECA, e a Lei maior, Constituição da República, dizem que a educação é direito de **todos**, ela abarca aqueles que durante muitos anos estiveram fora da escola: os pobres, os negros, as

mulheres, aqueles que por muito tempo não tiveram o acesso e permanência à escola garantidos.

Dessa maneira, ao **final dos anos 90**, milhões de crianças que estavam fora da escola, passaram a ter o direito formal de frequentar à escola reconhecido. No entanto, surgiram alguns problemas, obstáculos para que a universalização da educação ocorresse com qualidade. O primeiro deles foi apontado numa entrevista a Revista Carta na Escola (2014) do na época Ministro da Educação da Argentina, Juan Tedesco, que disse: “[...] Não há nenhum país no mundo que tenha boa educação para todos que não tenha avançado também na distribuição de renda”.

#### 4.3 UNIVERSALIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A universalização da educação deve ser vista a luz do financiamento da educação básica, visto que não é possível pensar a universalização sem esse financiamento. De acordo com dados fornecidos pelo IBGE, em **2008**, 97,9% das crianças de 7 a 14 anos estavam cursando o Ensino Fundamental. Antes disso, no ano de **1991**, havia 79,4% de crianças na escola, já no ano de **2000**, havia 94,5% de crianças matriculadas no Ensino Fundamental. Esse aumento é atribuído por muitos a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e do Profissional do Magistério).

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) substituiu o FUNDEF. O Fundef era financiado pelos seguintes impostos: FPM, FPA, ICMS, IPPL-EXP, LC, e o FUNDEB: pelos cinco impostos que financiava o Fundef mais o IPVA, ITR, ITCM, arrecadados por três fontes: estado, município, e o governo federal.

O FUNDEF foi criado no ano de 1996, e implementado no ano de 1998. A Constituição Federal manda que os Estados e os municípios invistam 25% de todos os recursos arrecadados por esses Entes fossem aplicados em educação, divididos pelo número de alunos matriculados, isso fez com que estados e municípios ampliassem as matrículas. Os municípios que tradicionalmente não bancavam o Ensino Fundamental, agora passaram a ter a responsabilidade de bancá-lo, pois os municípios não iriam somente colaborar com o Ensino Fundamental, mas seriam responsáveis por este. Se não fizessem isso, perderiam 60% da verba para a educação, os 15% do FUNDEF, com isso o Ensino Fundamental foi municipalizado.

Em algumas cidades, prefeitos fizeram até sorteio de televisão e doação de bicicletas para os alunos que fossem matriculados em escolas municipais, Conforme relato em entrevista a UNIVESP, Barjas Negri, na época prefeito de Piracicaba. O FUNDEF foi criado para corrigir as distorções na distribuição do dinheiro para o Ensino Fundamental. Naquele, existia um valor per capita por aluno que era igual em todos os municípios dos estados brasileiros.

O FUNDEF cumpriu a sua função ao passo que diminuiu as desigualdades no financiamento do Ensino Fundamental e de praticamente universalizá-lo no país, mas como se sabe ele somente abrangia o Ensino Fundamental: 1ª a 8ª série (hoje, 1º ao 9º ano). Faltava melhorar o Ensino Médio e a Educação Infantil. É justamente nesse momento, no ano de 2006, ano previsto para o fim do FUNDEF, que ele é substituído pelo FUNDEB (Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação) que tem o prazo previsto para findar em 2020.

#### 4.4 UNIVERSALIZAÇÃO E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

*Investir nas condições que possibilitem essa nova qualidade que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte, lazer, não basta matricular os pobres na escola (inclusão) [...] (GADOTTI, 2013, p. 4).*

Antes da promulgação da Constituição do Brasil de 1988, existia no país uma educação de qualidade (na visão de muitos), mas era uma educação para poucos. Mas como disse Gentili (1995, p.177) “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio”. Ainda Gadotti (2013), aponta que a qualidade da educação está ligada a quantidade, ou seja, ela tem que ser para todos.

Atualmente, segundo dados do PNE, 98,4% da população de 6 a 14 anos têm acesso à educação escolar. Fora aumentado o acesso, mas os investimentos não aumentaram, isso compromete a qualidade da educação ao pensarmos no custo aluno qualidade inicial (CAQI).

Criado em 2010, pela Campanha Nacional pelo Direito a Educação, o CAQI é um indicador que mostra o quanto deve ser investido por aluno para que seja garantido o padrão mínimo de qualidade. De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação -CNDE, o CAQI:

para realizar este cálculo considera condições como o tamanho das turmas, formação, salários compatíveis com a responsabilidade dos profissionais da educação, instalações, equipamentos e infraestrutura adequados, e insumos como laboratórios, bibliotecas, quadras poliesportivas cobertas, materiais didáticos... contempla as condições e insumos materiais e humanos mínimos necessários para que os professores consigam ensinar e para que os alunos consigam aprender (CNDE, 2015, p.2).

Segundo a UNESCO (2006) o Brasil estava bem abaixo de países como: Colômbia, México, Argentina, Chile e Costa Rica. Comparado com países como Espanha ou França, o Brasil investe por aluno um quinto do que cada um desses investe. De lá para cá o Brasil continuou investindo pouco em comparação com outros países. Percebe-se que se diz o que deveria ser investido por aluno, mas o investimento tem sido bem menor do que o recomendado.

Mas o que se pode chamar de uma educação de qualidade? Para Gadotti (2013, p. 1), a educação de qualidade é aquela “que melhora a vida das pessoas[...] está ligada ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar”. Para a UNESCO, a qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas.

Morosini (2009, p.172, apud Gadotti, 2013, p.6) numa visão emancipadora da educação diz que ela é: “um direito humano; conseqüentemente, a educação de qualidade apoia todos os direitos humanos”. Sendo um direito humano, entende-se que a educação deve ser para todos.

Num país onde a pobreza e a desigualdade são grandes, ao passo que os pobres têm o acesso à educação escolar garantido material e formalmente, é preciso que a permanência, a conclusão, também seja garantida. Para que isso aconteça, é preciso que se pense na real condição social dessas pessoas, o que significa: “investir nas condições que possibilitem essa **nova qualidade** que inclui transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte, lazer, não basta matricular os pobres na escola (inclusão) [...]” (GADOTTI, 2013, p. 4).

As condições que mexem com a qualidade da educação, dados considerados essenciais, mas não determinantes, para uma educação de qualidade são: melhores salários para os docentes e melhores condições de ensino. Ainda nessa linha de pensamento Gadotti (2013) aponta que a importância do professor organizador de conhecimento é fundamental para o sucesso do aluno. Para ele, é o professor quem mostra o caminho, que constrói o sentido, ele transforma a informação em

conhecimento porque dá sentido ao que ensina aos alunos, na verdade, os alunos veem sentido na informação transmitida pelo professor. Segundo o autor, para que a educação seja de qualidade, ou seja, quando o aluno aprende, é preciso que o aluno seja envolvido no processo de ensino-aprendizagem, é preciso que seja protagonista na mudança educacional.

Ainda sobre o professor, é fundamental o investimento na formação continuada do professor, que muitas vezes recebe a responsabilidade pelo fracasso do aluno, mas como o professor pode ensinar com qualidade se lhe é tirado muitas vezes, o direito de continuar estudando? Outro problema apontado por Gadotti (2013) é que para ele, os cursos de formação de professores têm o conteúdo e metodologia ultrapassados, e que por isso esses cursos precisam de profundas mudanças.

Mas como se mede a qualidade da Educação Básica? Muitos consideram importante medir, quantificar a educação, o aprendizado. Com este objetivo é que foi criado no ano de 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que estava dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, de 2007, e se estenderá até o ano de 2022, tal Plano contém medidas e projetos para que se estabeleça parâmetros para a Educação Básica.

Para aferir a progressão da qualidade da Educação Básica, o Brasil, tem como meta até o ano de 2022 alcançar média 6,0 no IDEB, meta ainda distante de acontecer principalmente para o ensino médio. Para outros, além dessas competências, a educação com qualidade deve ensinar também valores sociais e éticos.

Quantitativamente o ensino fundamental está praticamente universalizado, mas como disse Saviani (2013), em entrevista, os mecanismos de retenção dos alunos nas escolas, criados pelos governos, como a progressão continuada, a aprovação automática de alunos, fez a conclusão do Ensino Fundamental aumentar, mas os alunos estão concluindo este ensino sem o aprendizado necessário, sem estarem alfabetizados.

#### 4.5 EVASÃO ESCOLAR E UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

*A evasão e o abandono não têm uma origem definida e por isso não terão um por si só. O problema não é falta de vinculação às políticas públicas, a desestruturação familiar ou ainda as dificuldades de aprendizagem dos educandos, e sim a soma de vários fatores (SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017, p. 38 - 39).*

A evasão, de acordo com o dicionário Aurélio (2019), “é o ato de evadir-se; fuga, saída”. A evasão escolar é a que ocorre quando um aluno deixa de frequentar a escola e fica caracterizado o abandono escolar. Todas as definições de evasão escolar colocam o aluno como o sujeito agente, aquele que pratica uma ação.

A que se falar na diferença apontada por alguns entre os termos evasão escolar e abandono escolar. Para alguns como Riiffel e Malacarne (2010), evasão é o ato de evadir[...] não permanecer em algum lugar. No caso específico da escola é a fuga da escola em função da realização de outra atividade. Para o INEP(1998) “abandono significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto que na evasão o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar”.(Educação por escrito, 207, p.37). Para Machado (2009, p.36), “tratar da evasão escolar é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe que o sujeito não logrou êxito em sua trajetória na escola”.

Para alguns autores, a evasão e o abandono escolar são causados por fatores internos, nesse sentido Bourdieu-Passeron (1975) afirma que a escola é a responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos. Com isso a grande responsável pela evasão escolar na visão de muitos é a escola:

*A evasão e a repetência estão longe de ser problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias. São reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas de diferentes segmentos da sociedade[...] Ribeiro (1991), em a pedagogia da repetência, mostrou que era atribuída aos alunos a responsabilidade pelo fracasso na escola e que a repetência nas quatro primeiras séries era tão grande que os educandos acabavam por abandonar a escola (EDUCAÇÃO POR ESCRITO, 2017, p.41).*

Colocar toda a responsabilidade na escola parece uma atitude confortável para alguns, mas existem outras causas para a evasão escolar, como por exemplo as condições socioeconômicas, a violência em torno e dentro da escola, escolaridade dos pais, desigualdade social. Deste modo, talvez uma forma

interessante de se enfrentar a evasão e o abandono escolar seja mostrar os benefícios da não-evasão e do não-abandono escolar.

Qual o efeito da educação escolar na vida das pessoas? Pais, mães e jovens estudantes devem ser informados sobre o efeito da educação escolar sobre coisas tais como: empregabilidade, saúde, salário e os efeitos de deixarem de estudar. Essa informação é de grande ajuda na tomada de decisão sobre abandonar ou não a escola e sobre a quantidade de tempo que se pretende estudar. Essa conscientização, informação, será um “obstáculo” a que o aluno evada da escola.

As causas da evasão escolar são diversas e complexas, vão desde necessidade de trabalhar para sustentar a família, o desinteresse na escola como ela é atualmente na prática, a distância da escola a residência do aluno e a falta de transporte. Como disseram Silva Filho e Lima Araújo (2017, p. 38 e 39):

A evasão e o abandono não têm uma origem definida e por isso não terão um por si só. O problema não é falta de vinculação às políticas públicas, a desestruturação familiar ou ainda as dificuldades de aprendizagem dos educandos, e sim a soma de vários fatores.

Mas para o CPS/FGV (2004 e 2006), existem três razões principais da evasão escolar: “falta de renda; oferta de educação escolar e falta de interesse dos alunos e responsáveis, juntos esses somam quase 80% das causas da evasão escolar”.

A evasão escolar, segundo a CPS/FGV (2004 e 2006), é 446% maior por motivo de restrição de renda entre os mais pobres; ainda mostra que com a implementação do programa de distribuição de renda bolsa-família, no ano de 2007, houve uma queda de 18% da evasão escolar ocasionada pela insuficiência de renda. Além disso, mostra que nas cidades com mais oportunidades de emprego, como São Paulo e Santa Catarina, a evasão escolar é maior, os jovens abandonam a escola para trabalhar visto que as possibilidades de emprego são maiores.

É similar ao que foi dito acima o pensamento de Meksenas (1992, p. 98, apud. SILVA FILHO; LIMA ARAÚJO, 2017, pag. 41) “obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem do estudo sem completar o ensino secundário”.

Um outro motivo apontado foi a educação do "**chefe de família**", este também contribui para diminuir a evasão escolar, quanto maior o tempo de estudo deste, menor é o número de evasão escolar dos filhos. Se o chefe de família perde emprego, a evasão escolar aumenta.

No sentido da renda e o efeito sobre o trabalho, Ben-Porath (1967), com a ideia do capital humano, aquele que está relacionado ao conjunto de habilidades e conhecimentos que se acumulam e aumentam a capacidade do indivíduo de desempenhar funções no trabalho, mostra que o investimento em educação geraria um retorno na renda do indivíduo ao longo da vida. No modelo de Ben-Porat (1967), os rendimentos da pessoa são afetados pelas escolhas, pela alocação de tempo em uma determinada coisa, as escolhas educacionais feitas nas fases iniciais da vida: infância e juventude, dos os indivíduos que investem em capital humano, terão melhores salários no futuro. Essa ideia é importante, pois a evasão escolar tem uma relação muito grande com a pobreza, com a renda.

Esses efeitos são observados em especial na fase adulta, quando se colhe os "prêmios" da educação (no sentido econômico) neste sentido a hierarquia educacional se reflete na hierarquia de ocupação e salário, conforme os dados do PNAD (2007), tal pesquisa mostrou que os analfabetos ganham em média R\$ 392 de salário, enquanto os que já frequentaram a pós-graduação chegam aos R\$ 3.469. A taxa de ocupação entre os que tiveram acesso e permanência na escola também é muito superior em relação aqueles que a abandonaram. Segundo Langoni (174), as taxas de retorno sociais giram em torno de 15% por ano de estudo.

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, que de acordo com Godoy (1995, p. 58)

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

O estudo em questão, o fenômeno a ser compreendido, será a universalização da Educação Básica no município de Santo Amaro, e se ela ocorre com qualidade, seus efeitos nos alunos. Para alcançar tal objetivo serão utilizados documentos legais como: A Constituição Federal de 1988; a LDB, o ECA, PNE, PCN, Censo Escolar e outros.

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas, que sobre tal entrevista Triviños (1987, p. 146, p. 152, apud Manzine, 2004) diz:

a entrevista semiestruturada tem como características questionamentos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade[...].

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”.

As entrevistas serão realizadas com a Secretaria de Educação Municipal (com o secretário de educação e subsecretário) que tem o papel de desempenhar as funções do município de Santo Amaro em matéria de educação; até 10% dos gestores e professores das escolas do município, pois desempenham papel fundamental para no cotidiano da escola. Sobre os gestores escolares, Lück (2013, p. 28, apud Matos) diz que a responsabilidade do gestor, o diretor:

[...]reside na liderança, orientação e coordenação das atividades docentes, o que é verdade. No entanto, essa atuação demanda o domínio de competências muito mais complexas do que as docentes, e a atenção sobre

muito mais situações do que as restritas a sala de aula (PRAIS, 1994, p. 64, APUD, GIL, 2013, P. 4).

Também farão parte da entrevista assistentes sociais e conselheiros do o Conselho Tutelar do Município de Santo Amaro, já que este segundo o art.12 da LDB deve ser notificado pelo estabelecimento de ensino quando o aluno atinge acima de 30% de faltas do percentual permitido em Lei.



## REFERÊNCIAS

**BRASIL**, Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_ **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8069/90. Disponível em: <<<  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>>> Acesso em: 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_ **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**: Lei 9394/96. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) > Acesso em: 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. **Notas Estatísticas: Censo escolar 2018**. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf)> Acesso em: 20 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_ MEC/INEP, 2000. **Educação Para todos: Avaliação da Década**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485564/Educa%C3%A7%C3%A3o+para+todos+avalia%C3%A7%C3%A3o+da+d%C3%A9cada+S%C3%ADntese+do+I+Se+min%C3%A1rio+Nacional+sobre+Educa%C3%A7%C3%A3o+para+Todos+%28Brasil%2C+10+e+11-6-1999%29/a698194e-feab-4117-9088-53c1297b315b?version=1.2>> Acesso em: 10 de março de 2019.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. **Educação Pública de Qualidade: quanto custa esse direito?**-2.ed.-São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011. Disponível em: <<http://www.org.br/o-que-e-caqi-e-o-caq>> Acesso em: 19 de Março de 2019.

CAMPOS JÚNIOR, Lázaro, **O que o seu Candidato falou Sobre a Educação está certo? O IDEB**. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-seu-candidato-falou-sobre-educacao-esta-certo-o-ideb-responde>> Acesso em 20 de abril de 2019.

FILHO, Raimundo, ARAÚJO, Ronaldo. **Evasão e Abandono Escolar na Educação Básica no Brasil: Fatores, Causas e Possíveis Consequências**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/24527/15729>> Acesso em: 19 de maio de 2019.

FREIRE, Paulo, **Conferência em Buenos Aires**, 6 de Setembro de 1993. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=AhzlpBn\\_gks&t=2807s](https://www.youtube.com/watch?v=AhzlpBn_gks&t=2807s)> Acesso em 04 de março de 2019.

GADOTTI, MOACIR, **Qualidade na Educação**: Uma Nova Abordagem. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14\\_02\\_2013\\_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf)> Acesso em: 01 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Boniteza de Um Sonho: Ensinar-e-Aprender Com Sentido**, 2003, Editora: Feevale. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/93aeebed-9c8b-4b56-8341-22ac5cd3b501/Boniteza%20de%20um%20Sonho.pdf> > Acesso: 14 de junho de 2019.

GODOY, Arilda Schmidt, **Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades**, RAE, São Paulo, v. 35, n.2, Mar/Abr. 1995. Disponível: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3318465/mod\\_resource/content/0/1%20godoy%201995Pesquisa%20qualitativa%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20e%20suas%20possibilidades.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3318465/mod_resource/content/0/1%20godoy%201995Pesquisa%20qualitativa%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20e%20suas%20possibilidades.pdf)> Acesso em: 16 de junho de 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar - Sinopse, 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/pesquisa/13/5902>> Acesso em: 04 de março de 20119

\_\_\_\_\_. **Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultadoshttps://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados>. <Acesso em: 21 de junho de 2019.

OLIVEIRA, Romualdo. **Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade: Uma Análise Histórica**. Disponível em: <<file:///C:/Users/eduardo/Desktop/1111122UNIVERSALIZAÇÃO.pdf>> Acesso em 19 de maio de 2019.

RIBEIRO, Rosana; CACCIAMALI, Maria Cristina, **Defasagem Idade-Série a partir de distintas perspectivas teóricas**, Revista de Economia Política, vol. 32, nº 3 (128), pp. 497-512, julho-setembro/2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n3/09.pdf> > Acesso em: 14 de julho de 2019.

SAVIANI, Dermeval, **Escola e Democracia**, Campinas, SP: Autores Associados, 1999, v5.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do Projeto MEC.2007**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>> Acesso em: 19 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Diálogo Sem Fronteira- Sociedade, História e Educação no Brasil**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O1tplpAOZos>> Acesso em: 10 de março de 2019.

SILVA, Maria do Pilar Lacerda Almeida, **Educação Básica Obrigatória e Gratuita dos 4 aos 17 anos: Aspectos Fundamentais da Orientação aos Sistemas**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docmn&view=download&alias=4860-secretaria-educacao-basica&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docmn&view=download&alias=4860-secretaria-educacao-basica&Itemid=30192)> Acesso em: 02 de junho de 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O Observatório do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/2-ensino-fundamental/indicadores>> Acesso em: 04 de março de 2019.

UNIVESP, **FUNDEF X FUNDEB**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=139kLRpToAI>> Acesso em: 10 de março de 2019.

\_\_\_\_\_ **Políticas Públicas- FUNDEF**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JP9NrmGd4k>.

USP – Universidade de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos- Jontien-1990**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>> Acesso em: 10 de março de 2019.